

**AS RELAÇÕES MILITARES BRASIL - EUA E O ACERVO MUSEALIZADO DO  
EXÉRCITO BRASILEIRO: UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE SOBRE A INSERÇÃO DO  
BRASIL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (1942-1977)**

MILITARY RELATIONS BETWEEN BRAZIL AND THE USA AND THE MUSEUM  
COLLECTIONS OF THE BRAZILIAN ARMY: AN ANALYTICAL PERSPECTIVE ON  
BRAZIL'S INSERTION IN INTERNATIONAL RELATIONS (1942-1977)

DOI 10.5281/zenodo.13857133

Ianko Bett<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca, em seu escopo mais amplo, apresentar uma perspectiva de análise sobre a inserção do Brasil nas Relações Internacionais no período compreendido entre 1942 e 1977, tendo como base empírica o uso da cultura material que, na presente pesquisa, trata-se especificamente do acervo de blindados em exposição nos museus do Exército, a saber: Museu Militar do Comando Militar do Sul e Museu Militar Conde de Linhares. Com esse foco geral de análise, a proposta permitirá identificar a configuração atual (em termos de acervo, principalmente) dos museus do Exército; identificar a representatividade (quantidade e qualidade) do patrimônio existente (relacionado ao recorte temático e cronológico da investigação); e, com base na quantidade e a frequência com que os modelos desse equipamento bélico chegaram ao país, identificar e analisar os processos de aquisição e algumas nuances da relação bilateral (Brasil-EUA) no campo militar. O norte teórico/metodológico escolhido, com premissas do campo museológico, patrimonial e da Análise de Política Externa, permitirá problematizar aspectos da inserção do Brasil no âmbito das relações internacionais, com base na “vontade de memória” e “vontade de esquecimento” do Exército para com seu acervo oriundo da relação Brasil-EUA no interregno 1942-1977, considerando a disposição, estrutura narrativa e dinâmica do acervo dos museus analisados. Com essa proposta e a partir do tempo que os equipamentos permaneceram em uso pelo Exército Brasileiro, antes do processo de musealização, pretende-se responder a seguinte questão: o que os museus do Exército – e os seus acervos expostos –, em suas configurações atuais, podem esclarecer acerca da dinâmica das aquisições de material bélico no período analisado?

**Palavras-chave:** Museologia. Patrimônio militar. Comunicação museológica.

**Abstract:** This article aims to present a comprehensive analytical perspective on Brazil's insertion in International Relations during the period from 1942 to 1977. The empirical basis for this research is the use of material culture, specifically the collection of armored vehicles exhibited in the Brazilian Army museums, namely the Museu Militar do Comando Militar do Sul e Museu Militar Conde de Linhares. With this overarching focus, the proposal seeks to identify the current configuration (particularly in terms of collections) of the Army museums; to assess the representativeness (both in quantity and quality) of the existing heritage (related to the thematic and chronological scope of the investigation); and, based on the

---

<sup>1</sup> Pós-doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais pelo PPGEEI-UFRGS (2023); Doutor em História pelo PPGH PUCRS (2015). Professor do Curso de Especialização em História e Gestão de Acervos da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail iankobett@gmail.com - Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-2658-6690>.

quantity and frequency of the models of this military equipment that arrived in the country, to analyze the processes of acquisition and certain nuances of the bilateral military relationship (Brazil-USA). The chosen theoretical and methodological framework, incorporating premises from museology, heritage studies, and Foreign Policy Analysis, will facilitate a critical examination of aspects of Brazil's integration into the realm of international relations. This will be grounded in the concepts of "will to remember" and "will to forget" regarding the Army's relationship with its collections derived from the Brazil-USA partnership during the period of 1942-1977, taking into account the disposition, narrative structure, and dynamics of the analyzed museum collections. Through this approach and considering the duration of use of the equipment by the Brazilian Army prior to the musealization process, the study aims to address the following question: what insights can the Army museums—and their displayed collections—in their current configurations provide about the dynamics of arms acquisitions during the analyzed period?

**Keywords:** Museology. Military heritage. Museological communication.

## Introdução

Os resultados desta pesquisa fazem parte de um trabalho mais amplo<sup>2</sup> que buscou identificar, analisar e descrever o processo de construção, divulgação e desenvolvimento do pensamento de defesa nacional a partir dos objetos/acervos de dois dos principais espaços de memória do Exército Brasileiro (Museu Militar do Comando Militar do Sul e Museu Militar Conde de Linhares), tendo como suporte de investigação as narrativas históricas da inserção do Brasil no âmbito das Relações Internacionais, no recorte temporal compreendido entre os anos de 1942-1977. Neste artigo, entretanto, tentar-se-á responder uma problemática específica, que remete ao suporte de investigação mencionado, qual seja: o que os museus do Exército – e os seus acervos expostos –, em suas configurações atuais, podem esclarecer acerca da dinâmica das aquisições de material bélico no período analisado?

A escolha do Museu Militar do Comando Militar do Sul (adiante MMCMS) e do Museu Militar Conde de Linhares (adiante MMCL) para o desenvolvimento da pesquisa levou em conta os seguintes aspectos: a composição quantitativa e qualitativa do acervo, índice de visitas, projetos em desenvolvimento e, por último, o alinhamento com as políticas culturais e museológicas vigentes (do âmbito civil e militar - as

---

<sup>2</sup>Trata-se de pesquisa realizada no Estágio de Pós- Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, entre agosto de 2022 a agosto de 2023, sob a Supervisão do Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva.

normativas do próprio Exército e as contidas na lei Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus). As duas instituições de memória além de possuírem visitação regular e expressiva e, em seus quadros técnicos, profissionais das áreas de história e museologia, também são, como será visto no decorrer do trabalho, repositórias significativas do acervo existente no âmbito da Força Terrestre que remete ao recorte 1942-1977.

A demarcação do recorte temporal (1942-1977) tem a ver com o início e o fim das relações militares – formais – entre o Brasil e EUA. O início está assinalado com o fato de que, durante a 2ª Guerra Mundial, mais precisamente no ano de 1942, as relações de política externa do Brasil passaram a ganhar um novo rumo. Até então, havia um modelo de atuação, inaugurado a partir dos anos 1930, no qual a pauta era estar assentado numa postura exportadora de produtos primários em troca de produtos manufaturados, inclusive no âmbito das aquisições militares.

Ainda que a partir de 1934 o Brasil já havia sinalizado uma aproximação militar mais estreita com os Estados Unidos, tanto este país, quanto a Alemanha (mas também Itália) eram os principais parceiros dessa prática. Com a eclosão do conflito mundial e, especificamente, a declaração de guerra por parte do Brasil às potências do Eixo, foi abandonada essa configuração multilinear, passando a priorizar (não sem tensões, desacordos, desencontros do ponto de vista das relações de políticas externas) um alinhamento quase que exclusivo com o país norte-americano, entretanto, mantendo o modelo de troca de armamentos por produtos primários de exportação com objetivos, do ponto de vista militar, relativamente diferenciados: recebimento de armamento moderno para fazer frente (militarmente) à Argentina e, principalmente, adquirir vantagens para o desenvolvimento de uma indústria bélica nacional (Svartman, 2008).

Esse novo momento da orientação da política externa estadunidense foi estabelecido na administração do Presidente Roosevelt (1933-1945) que privilegiava, dentre outros fatores, auxílio ao desenvolvimento econômico e o fornecimento de armas aos países amigos. Em 1940, após contínuas e impactantes vitórias nazistas na 2ª Guerra Mundial, esse governo propôs uma lei que regularia o financiamento e

aquisição de material bélico por parte dos aliados em luta contra o eixo. Denominada “Lend Lease”, esta lei foi a principal via que possibilitou o reaparelhamento do Exército Brasileiro após o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do eixo (1942).

Já a delimitação temporal pautada em 1977 tem a ver com o cancelamento do Acordo Militar de 1952. Nos anos de 1970, em função das disputas entre os países em relação à energia atômica (os EUA, em 1974, não forneceram o combustível de urânio enriquecido já pago), as relações ficaram, no mínimo, abaladas. Outra questão, com repercussão ainda mais impactante, do ponto de vista do atrito das relações de política externa, tem a ver com a aprovação, em 1975, da *Emenda Harkin* ao Ato de Assistência Estrangeira, que limitava a ajuda econômica dos Estados Unidos a qualquer país com prática de violações aos direitos humanos. Em 1976, essa restrição foi expandida para incluir a ajuda militar. Ainda que o presidente Gerald Ford (1974 a 1977) havia ignorado essa lei por algum tempo, o sucessor, Jimmy Carter (1977 a 1981), mudou essa postura. Em 1977, o Brasil foi abertamente criticado pelo relatório do Departamento de Estado dos EUA sobre as violações dos direitos humanos, provocando uma grave crise diplomática. Conforme Sanny Davis (2011, p. 399), “A reação entre os líderes políticos e militares do Brasil, incluindo os grupos de oposição, foi rápida [...] e, em 11 de março de 1977, oficiais diplomáticos brasileiros informaram aos Estados Unidos que o acordo militar de 1952 seria cancelado”.

Considerando a definição dos dois espaços de memória (MMCMS e MMCL) como locais de coleta/análise de dados e a própria delimitação temporal da pesquisa (1942-1977), e a fim de responder a problemática proposta, o artigo foi estruturado em três tópicos. No primeiro, será descrito o processo analítico que permitiu identificar a configuração atual (em termos de acervo, principalmente) dos museus do Exército. Essa etapa será importante porque vai oferecer uma melhor compreensão da representatividade (quantidade e qualidade) do patrimônio existente (relacionado ao recorte temático e cronológico da investigação) e fornecerá uma base sólida para o entendimento das próximas etapas da pesquisa.

No segundo tópico, será apresentado o transcurso teórico e metodológico que deu suporte à análise, a qual teve como perspectiva básica o uso da cultura material que, na presente pesquisa, trata-se especificamente do acervo em exposição nos museus militares. O norte teórico/metodológico escolhido permitirá problematizar aspectos da inserção do Brasil no âmbito das relações internacionais, com base na “vontade de memória” e “vontade de esquecimento” do Exército para com seu acervo oriundo da relação Brasil-EUA no interregno 1942-1977, considerando a disposição, estrutura narrativa e dinâmica do acervo dos museus do Exército.

Já no terceiro tópico serão apresentados os principais resultados da pesquisa no que diz respeito à análise do acervo propriamente dito e sua repercussão (seja de atualização bélica ou histórica) na inserção do Brasil nas relações internacionais do período em que os EUA foram os principais parceiros. Assim, com base exclusivamente na tipologia de Blindados, serão apresentadas a quantidade e a frequência que os modelos desse equipamento bélico chegaram ao país; será identificado e analisado o processo de aquisição; serão apresentadas e analisadas algumas nuances da relação bilateral (Brasil-EUA) no campo militar; e, por fim, será problematizado o tempo que os equipamentos permaneceram em uso pelo Exército Brasileiro e as conclusões que podem ser evidenciadas para compreender as relações militares empreendidas pelo Brasil e pelos EUA por mais de 30 anos.

### **O acervo dos museus do Exército**

Para melhor compreender a representatividade do patrimônio existente nos museus do Exército Brasileiro e sua vinculação com as aquisições realizadas no interregno 1942-1977, foi necessário realizar um trabalho de campo a fim de identificar e mapear os objetos/acervos existentes. Conforme já enunciado, a coleta de dados foi realizada em dois dos principais museus do Exército Brasileiro, quais sejam, MMCL e o MMCMS)<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup>É preciso destacar que o Plano de Trabalho inicial do Estágio pós-doutoral previa a realização da coleta de dados no Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana - MHEx (além do MMCMS e do MMCL).

No MMCMS, localizado na cidade de Porto Alegre, RS, foi possível mapear, dentre as oito tipologias demonstradas na tabela abaixo, os seguintes objetos/acervos (em exposição), que remetem à inserção do Brasil no âmbito das relações internacionais no período 1942-1977:

Tipologias	Acervo
Carros de combate/ reconhecimento	carro blindado de reconhecimento M8; carro de combate médio M4 Sherman; carro de combate leve M3 A1 Stuart; carro de combate médio M41; carro blindado de reconhecimento 6 X 6 T -17.
Carros Blindados	carro blindado M 59; M5 Half Track- Meia-Lagarta; M3 A1 4x4 Scout Car.
Viaturas sobre Rodas	viatura comando ¾ TON 4X4 WC 57; Jeep Willys 4X4 M942.
Peças de artilharia	reparo múltiplo M55; obuseiro leve aerotransportado 75 Pack Howitzer; canhão 57 C/48,2 M1 AC; canhão 37 C/57 M3 AC; canhão 7,5 CM Gebirgeschutz 36 L/19.3; canhão de campanha Krupp 75 C/34 TR M939.
Armas pesadas	lança-rojão 2,36 C (Bazuca); metralhadora Browning M919 .30; metralhadora Browning M2 .50; fuzil automático Browning.
Fuzis	Springfield; Garand;
Armas leves	submetralhadora M3; submetralhadora Thompson M1 A1; carabina .30 M1; pistola Colt.
Equipamentos	projeto Sperry M1941 B; trator M5 A1; sessão de Ponte Bailey (Engenharia) .

**Tabela 1:** Objetos/acervos do MMCMS. Fonte: Levantamento do autor.

No MMCL, localizado na cidade do Rio de Janeiro, RJ, com base nas mesmas tipologias utilizadas por ocasião da pesquisa no MMCMS, foi possível encontrar, conforme a tabela abaixo, os seguintes objetos/acervos em exposição:

---

Entretanto, a visita realizada neste Museu não logrou êxito esperado tendo em vista que, naquele que é considerado (pela própria Instituição Militar) o principal Museu do Exército, não foi possível encontrar acervo em qualidade/quantidade que pudesse ser utilizado neste empreendimento. O modelo de expografia utilizado pelo MHEx, com base em narrativas laudatórias e quase nenhum tipo de interação objeto/história, não permitiu que este Museu fosse utilizado na presente pesquisa.

Tipologias	Acervo
Carros de combate/ reconhecimento	Carro de Combate Médio M41, Carro de combate médio M3 Grant Lee, Carro de Combate Médio M4 Sherman
Carros Blindados	carro blindado M 59
Viaturas sobre Rodas	Jeep Willys 4X4 M942
Peças de artilharia	Obuseiro 105mm M3, Canhão 57 mm M1, Canhão antiaéreo Bofors, Canhão antiaéreo 90 mm M1 A1, Viatura de combate blindada de combate obuseiro autopropulsado M 109, Morteiro M2 60mm, Morteiro 81mm, canhão 37 C/57 M3 AC
Armas pesadas	lança-rojão 2,36 C (Bazuca), metralhadoras Browning M917/M919 .30, metralhadora Browning M2 .50, fuzil automático Browning
Fuzis	Springfield; Garand;
Armas leves	submetralhadora Thompson M1 A1
Equipamentos	Espiriteira (fogão de metal), capacete de aço M1, Capacete de fibra, Barraca de dois praças, Telefone de Campanha

**Tabela 2:** Objetos/acervos do MMCL. Fonte: Levantamento do autor.

Levando em consideração, portanto, as coletas de dados realizadas no MMCMS e no MMCL, pode-se chegar a um expressivo número de objetos que podem servir como suporte para verificar como o Exército Brasileiro, a partir dessas coleções, comunica diversos aspectos de sua historicidade no recorte cronológico estabelecido nesta investigação. Na tabela abaixo, que propõe uma visão mais ampla, abrangendo a tipologia dos modelos de acervos existentes nos respectivos museus, percebe-se claramente essa dimensão numérica:

Tipologia	Acervo MMCMS e MMCL	Quantidade
Carros de combate/ reconhecimento	carro de combate médio M41, carro de combate médio M3 Grant Lee, carro blindado de reconhecimento M8; carro de combate médio M4 Sherman; carro de combate leve M3 A1 Stuart; carro blindado de reconhecimento 6 X 6 T-17.	06
Carros Blindados	carro blindado M 59; M5 Hakf Track (Meia-Lagarta); M3 A1 4x4 Scout Car.	03
Viaturas sobre Rodas	viatura comando ¾ TON 4X4 WC 57; Jeep Willys 4X4 M942.	02
Peças de artilharia	obuseiro 105 mm M3, canhão antiaéreo Bofors, canhão antiaéreo 90 mm M1 A1, obuseiro autopropulsado M 109, morteiro M2 60 mm, morteiro 81 mm, reparo múltiplo	13

	M55; obuseiro leve aerotransportado 75 Pack Howitzer; canhão 57 C/48,2 M1 AC; canhão 37 C/57 M3 AC; canhão 7,5 CM Gebirgeschutz 36 L/19.3; canhão de campanha Krupp 75 C/34 TR M939.	
Armas pesadas	lança-rojão 2,36 C (Bazuca); metralhadora Browning M919 .30; metralhadora Browning M2 .50; fuzil automático Browning.	04
Fuzis	Springfield; Garand.	02
Armas leves	submetralhadora M3; submetralhadora Thompson M1 A1; carabina .30 M1; pistola Colt.	04
Equipamentos	espiriteira (fogão de metal), capacete de aço M1, capacete de fibra, Barraca de dois praças, telefone de campanha, projetor Sperry M1941 B; trator M5 A1; sessão de Ponte Bailey (Engenharia) .	08
Total		42

**Tabela 3:** Quantidade de acervos MMCMS e MMCL. Fonte: Levantamento do autor.

Inserindo as tipologias e os modelos existentes nos museus no recorte temporal da pesquisa (1942-1977) é possível verificar que o acervo, em seu conjunto, corresponde a dois momentos distintos da inserção do Brasil no âmbito das relações internacionais no que diz respeito ao recebimento de armas e equipamentos militares.

O primeiro momento, que se inicia a partir de 1942 com o rompimento das relações diplomáticas com as potências do eixo, durante a Segunda Guerra Mundial, corresponde ao alinhamento quase que exclusivo com os Estados Unidos, em que o Exército passou pelo processo de aquisição de material bélico desse país como resultado das tratativas e contrapartidas entre os governos no esforço de guerra. Nas palavras de Eduardo Svartman (2014, p. 166),

De 1942 a 1945 as relações militares entre Brasil e Estados Unidos alcançaram o seu grau mais intenso. A interação compreendeu a operacionalização das bases militares, a remodelação das Forças Armadas brasileiras, a implantação de programas de treinamento e, depois da entrada do Brasil na guerra, a execução de operações no Atlântico e na Itália, nas quais tropas brasileiras estiveram subordinadas às norte-americanas.



De forma sistemática, principalmente a partir da criação da Força Expedicionária Brasileira, (adiante FEB) em 1943, equipamentos militares de procedência estadunidense começaram a ser enviados tanto para a FEB (parte enviada para treinamento desse contingente no Brasil e, principalmente, no Teatro de Operações da Itália, a partir de 1944) e para o próprio Exército Brasileiro, no Brasil. Como é possível verificar, esse contexto (durante a Segunda Guerra Mundial) de rearmamento das Forças Armadas brasileiras repercute em todas as tipologias mencionadas na tabela acima e compõe a maior parte do acervo musealizado.

O outro momento de inserção brasileira tem como ponto de baliza o contrato de aquisição de armamentos firmado entre Brasil e Estados Unidos em 1952, que perdurou até o ano de 1977. Esse contexto registrou a importação de equipamentos em menor número (em termos de tipologias e em termos de aquisições propriamente ditas), se comparado com o período anterior, mas ainda possíveis de serem observados nos acervos dos museus. A tabela abaixo permite verificar essa diferença em números, com base nas tipologias do acervo existente (em exposição) correspondente aos períodos 1942-1952 e 1952-1977 (os grifos indicam os modelos e quantidades das aquisições realizadas pós 1952):

Tipologias	Acervo MMCMS e MMCL	1942-1952	1952-1977
Carros de combate/reconhecimento	carro de combate médio M41, carro de combate médio M3 Grant Lee, carro blindado de reconhecimento M8; carro de combate médio M4 Sherman; carro de combate leve M3 A1 Stuart; carro blindado de reconhecimento 6 X 6 T-17.	05	01
Carros Blindados	carro blindado M 59; M5 Hafk Track (Meia-Lagarta); M3 A1 4x4 Scout Car.	02	01
Viaturas sobre Rodas	viatura comando ¾ TON 4X4 WC 57; Jeep Willys 4X4 M942.	02	00
Peças de artilharia	obuseiro 105 mm M3, canhão antiaéreo Bofors, canhão antiaéreo 90 mm M1 A1, obuseiro autopropulsado M 109, morteiro M2 60 mm, morteiro 81 mm, reparo múltiplo M55; obuseiro leve aerotransportado 75 Pack Howitzer; canhão 57 C/48,2 M1 AC; canhão 37 C/57 M3 AC; canhão 7,5 CM Gebirgeschutz 36 L/19.3; canhão de campanha Krupp 75 C/34 TR M939.	11	02
Armas pesadas	lança-rojão 2,36 C (Bazuca); metralhadora Browning M919 .30; metralhadora Browning M2 .50; fuzil automático Browning.	04	00
Fuzis	Springfield; Garand.	02	00
Armas leves	submetralhadora M3; submetralhadora Thompson M1 A1; carabina .30 M1; pistola Colt.	04	00
Equipamentos	espiriteira (fogão de metal), capacete de aço M1, capacete de fibra, Barraca de dois praças, telefone de campanha, projetor Sperry M1941 B; trator M5 A1; sessão de Ponte Bailey (Engenharia) .	08	00
Total		38	04

**Tabela 4:** Comparativo acervos. Fonte: Levantamento do autor.

Como ficou evidenciado nos números da tabela acima, a maior parte das tipologias do acervo existente nos museus do Exército corresponde às armas e equipamentos utilizados na Segunda Guerra Mundial, portanto aquisições pós 1942. Em outra pesquisa (Bett e Silva, 2020), em que se buscou analisar qual o “lugar” que o tema “Segunda Guerra Mundial” ocupou nos processos de coleta de acervo, seus usos nas exposições e no desenvolvimento de pesquisas, especificamente para o caso do MMCMS, foi possível constatar que a temática é muito presente na própria história da

instituição Exército Brasileiro (comemorações dos mais variados tipos), na sua configuração operacional/doutrinária (influência claramente estadunidense em diversos contextos), no seu imaginário e na sua memória. Dentre outros resultados da referida pesquisa, cabe apontar que as áreas expositivas do MMCMS, até o ano de 2020, concentravam um total de 58 objetos, dos quais, 27 (quase 50%) faziam referência direta ao tema da Segunda Guerra Mundial.

Ainda que não tenha sido realizado um estudo parecido em relação aos setores expositivos do MMCL, com base no acervo em exposição e nas próprias exposições temáticas de longa duração (parte dos objetos do MMCL está inserida em espaços temáticos como Salão de Armamento, o Salão Tropa em Marcha, a Casa da FEB, o Pátio dos Blindados e a Sala Major Elza - Enfermeira da Força Expedicionária Brasileira - com circuito direcionado de visitação) é possível concluir que neste espaço de memória, da mesma forma que no MMCMS, a Segunda Guerra Mundial – em termos de acervo - acaba tendo uma representatividade mais ampla em relação a outros temas.

Já o acervo correspondente às aquisições realizadas no interregno 1952-1977 não está alocado em exposições temáticas específicas – como no caso de boa parte do acervo relativo à Segunda Guerra Mundial. Tanto no MMCMS, quanto no MMCL, os carros de combate, os blindados em geral e os canhões de artilharia estão expostos sem nenhum critério propriamente técnico do ponto de vista histórico/museológico. É possível identificar a existência de placas informativas contendo especificações técnicas (peso, calibre do canhão, motor, autonomia, etc), entretanto, é praticamente inexistente qualquer descrição que permita, ao menos, sugerir indagações do ponto de vista do conhecimento histórico (essas questões serão retomadas adiante na análise).

Com base no levantamento dos objetos/acervos aqui demonstrado, é legítimo considerar que o patrimônio musealizado, correspondente às aquisições do interregno 1942-1977, é uma importante base documental para a produção do conhecimento histórico, sob diferentes perspectivas de análise, tendo em vista a variada tipologia e expressiva quantidade de peças existentes. Nesse sentido, seria pertinente supor que os museus e suas equipes técnicas e diretivas tivessem plena ciência sobre a

importância desse acervo para a historicidade do Exército e que, dessa forma, isso resultasse, no mínimo, em exposições temáticas que permitissem traduzir essa importância para o público de visitantes (especializado, ou não).

Essa suposição faz sentido na medida em que, a partir dos anos 2000, um conjunto de novas normativas passou a vigorar nas políticas culturais do Exército, cujas principais finalidades eram de aproximar e conectar a população civil com acervo histórico e com a historicidade da instituição: no ano de 2000, a publicação das Normas para Elaboração, Aprovação e Execução de Programas e Projetos Culturais e das Normas para Abertura das Fortificações à Visitação Pública; em 2001 foram estabelecidas as Normas para a Publicação de Revistas Militares e as Instruções Gerais para a Criação, Organização, Funcionamento e Extinção de Espaços Culturais e, em 2002, foi aprovada a Política Cultural e a Diretriz Estratégica do Sistema Cultural<sup>4</sup>.

Essa suposição faz mais sentido, ainda, quando se coloca em perspectiva o fato de que as questões culturais (inserindo, nesse bojo a história e memória da instituição) vêm ganhando cada vez mais importância no âmbito normativo do Exército, uma vez que estão presentes no “Plano Estratégico do Exército”, em todas as edições publicadas desde o ano de 2014, inclusive na mais atual que abarca o período 2020-2023. Dentro desse Plano, os assuntos culturais fazem parte do Objetivo Estratégico número 11 que consiste em “Fortalecer os valores, os deveres e a ética militar”, distribuídos em diferentes “ações estratégicas”, das quais se destacam **a ação de incentivo à pesquisa ao registro sobre história militar terrestre** (através do incentivo e apoio aos trabalhos de pesquisa e de registro de fatos militares); a ação de incentivar o intercâmbio e aperfeiçoar a divulgação da cultura institucional (**através do incentivo à visitação aos museus, sítios históricos e demais espaços culturais**) e a ação de **preservar o patrimônio histórico e cultural** (material e imaterial) do Exército (através do incentivo às ações de criação de espaços culturais). (PLANO, 2019) (os grifos são meus).

---

<sup>4</sup> Cabe ressaltar que o chamado “Sistema Cultural” compreende todos os Comandos, em todos os níveis da Força Terrestre (todas as Organizações Militares fazem parte do sistema). Trata-se de um canal técnico, sob a prerrogativa da DPHCEX, com a finalidade de executar os “objetivos culturais” incluindo, nesse bojo, a ideia de valorizar os “feitos” da história militar através do estímulo aos públicos (externo e interno) conhecerem esse legado (Alencar, 2016).

A existência de uma atualizada legislação no âmbito do Exército Brasileiro, referente aos processos de preservação do patrimônio militar, a qual está inserida entre as prioridades no conjunto ações pertinentes ao planejamento estratégico da Força Terrestre, e a própria organização atual do Sistema Cultural do Exército, apontam para as inúmeras possibilidades com que os acervos dos museus militares podem contribuir para o desenvolvimento de projetos diversos, inclusive aqueles que englobam as questões atinentes à história e à memória. Nesse caso, o acervo em exposição nos museus aqui investigados, com 42 modelos distribuídos em diferentes tipologias, que abarcam o interregno 1942-1977, chancelam essa perspectiva.

Entretanto, a realidade prática de atuação desses museus não corresponde à expectativa de uma observação do ponto de vista técnico e teórico, seja através do prisma do conhecimento histórico, seja do prisma museológico ou, até mesmo (o que é um paradoxo), pelo prisma das normativas da própria instituição militar.

Sob o ponto de vista do conhecimento histórico, que é o enfoque dessa pesquisa, nas descrições (placas) de cada objeto exposto no MMCMS não foi possível encontrar nenhum tipo de conteúdo que permita, ao visitante/pesquisador, conhecer sobre a sua historicidade<sup>5</sup>. Constam, apenas, dados técnicos, como, por exemplo, velocidade máxima de um carro de combate, cadência de tiro de uma metralhadora, tipo de motor de um blindado, país de origem de uma viatura, e assim por diante. Há, ainda, placas com linhas do tempo, informando sobre alguns modelos de equipamentos utilizados pelo Exército, sugerindo a “evolução” do material, especialmente no que se refere aos carros de combate.

No caso do MMCL, os objetos em exposição apresentam descrições (através de códigos QR) que mencionam o país de origem e ano de chegada no Brasil, no entanto, são poucas (quase inexistentes) as informações em relação aos acordos militares que proporcionaram a aquisição, por parte do Exército, dos equipamentos/armamentos.

---

<sup>5</sup>Cabe destacar que, durante a pesquisa de campo, foi observada a existência de placas com um código QR para que o visitante pudesse acessar maiores informações. Essa tecnologia, entretanto, não estava funcionando no dia da visita/pesquisa. Em outras diversas oportunidades, após a primeira consulta, foi constatado que os códigos QR ainda estavam inoperantes.

Como referido anteriormente, diferente do MMCMS, parte dos objetos do MMCL está inserida em exposições temáticas com circuito direcionado de visitação e que apresentam, basicamente, um discurso laudatório e institucional. No entanto, há, também, peças do acervo (especialmente viaturas e blindados) que estão sem nenhum tipo informação, localizados em um pátio descoberto (materiais se deteriorando em função do tempo) cuja área, no momento da coleta de dados, estava isolada e não permitia aproximação dos visitantes.

O que se pode concluir, com base na disposição atual dos objetos nos Museus aqui investigados, é que o critério utilizado para a construção das respectivas expografias levou em conta alguns aspectos: a dimensão do espaço disponível, a dimensão dos objetos, a proximidade tipológica (carro de combate próximo de carro de combate; canhão perto de canhão; arma leve perto de arma leve, e assim por diante). Tudo isso, entretanto, sem apresentar uma clara conexão com uma perspectiva historiográfica – fundamentada, ou não, em postulados teóricos e metodológicos da produção do conhecimento através de pesquisas científicas.

Identifica-se, dessa forma, que as exposições atuais dos museus do Exército aqui investigados não estão permitindo encaminhar inferências sobre o passado (através da própria seleção dos documentos – acervos) da sociedade de maneira geral e do Brasil em específico, com base na delimitação de problemas históricos. Deve ser considerado, nesse sentido, inferências enquanto “abstrações, que não emanam da materialidade dos objetos, mas dos argumentos dos historiadores, referindo-se a propriedades materiais ‘indiciárias’ desses objetos e a informações sobre suas trajetórias” (Meneses, 1995, p. 39). A inexistência de um tratamento mais apurado do acervo compromete qualquer possibilidade de que sejam ressaltadas as dimensões críticas dessas exposições: “‘Crítica’ no sentido etimológico, que implica competência de distinguir, filtrar, separar, portanto, possibilidade de opção, escolha” (Meneses, 1995, p. 40). Constata-se, desta forma, que esse tipo de apresentação de acervo estabelece um processo de monumentalização/sacralização dos objetos, cuja consequência principal é distanciá-los da ideia de “documentos”, transformando meramente em coleções personalistas,

experiências esquecidas, como se expressassem a totalidade: não há conflito (Chagas, 2015).

Levando esses aspectos em conta, pode-se concluir que os Museus do Exército não estão “maduros” para transformar os objetos históricos em documentos e, dessa forma, explorar com potencialidade seu caráter de se trabalhar (historicamente) com objetos. Os estudiosos do tema museu/museologia há tempos indicam que não basta, apenas, coletar e preservar, mas, também, é necessário estudar (pesquisar) e comunicar (exposições, eventos etc) os documentos históricos. Em vez de focar tão somente no atributo “teatro da memória”, os museus do Exército também precisam aperfeiçoar o seu trabalho no sentido da concepção “laboratório da história” (Meneses, 1995).

Essa forma de atuar dos espaços de memória do Exército acaba, invariavelmente, desprezando a reflexão sobre a complexidade do tempo presente e não tendo compromissos educativos críticos (Ramos, 2008). Do ponto de vista técnico, esse tipo de museu se torna um depósito de objetos em que, de forma alguma, propõe uma “articulação de enunciados sobre certos problemas humanos, desenvolvidos com o suporte das coisas materiais” (Meneses, 1995, p. 37).

### **Problematizando: As relações militares Brasil x EUA e o acervo musealizado do Exército Brasileiro**

De posse desse diagnóstico ficou evidente a inexistência de exposições com conteúdos históricos que pudessem demonstrar alguns posicionamentos institucionais sobre as relações internacionais do Brasil, no quesito militar e no recorte temporal aqui estabelecido. Isso impede, dentre outras possibilidades, a realização de uma análise comparativa entre uma “visão” institucional com a produção historiográfica acadêmica que trata sobre os acordos e contratos firmados para aquisição do material.

Assim, um caminho de análise possível, dentre tantos, consiste no sentido de problematizar a inserção do Brasil no âmbito das relações internacionais no interregno 1942-1977 levando em consideração o que os museus do Exército – e os seus acervos – podem esclarecer em relação às aquisições de material bélico no período. O ponto de

partida desse empreendimento, então, será concentrado nos objetos/acervos expostos na atualidade, tendo como parâmetro os dados numéricos anteriormente demonstrados. A metodologia e teoria empregadas serão descritas no decorrer deste tópico.

Como foi possível perceber até esse ponto do trabalho, os museus investigados apresentam, em seus espaços de exposição, uma quantidade relevante (em termos de modelo e tipologia) de material bélico que foi adquirido pelo Brasil através dos acordos militares estabelecidos com os Estados Unidos. A partir de informações (tipos, quantidade e contexto) que serão trabalhadas mais adiante, ficou latente que o período 1942-1977 não possui uma homogeneidade no que diz respeito à periodicidade de transferências realizadas, ao mecanismo de tratativas nas relações e, também, em relação à quantidade de modelos transferidos.

Considerando os dois “momentos” do recebimento de material bélico, demarcados nos períodos 1942-1952 e 1952-1977, verificou-se que as tipologias que englobam os blindados (de combate/reconhecimento, de transporte de pessoal ou de artilharia) são aquelas que permeiam por todo o período de abrangência das relações Brasil e EUA. Sendo assim, a fim de melhor delinear e equilibrar o objeto de investigação aqui proposto, serão essas tipologias que darão suporte para o desenvolvimento da análise a partir de um conjunto de novas perguntas. Ou seja, seguindo os preceitos das análises do campo histórico/patrimonial, foi a problemática proposta que definiu o horizonte de documentação potencial desejável para o transcurso da análise (Meneses, 1995). A definição dessa categoria documental (blindados) permitirá, como se pretende demonstrar a seguir, o desenvolvimento de novos territórios de problemas a serem formulados e explorados e, por seguinte, novos resultados de análise.

Conforme demonstrado nas tabelas do tópico anterior, as tipologias dos blindados (que englobam os carros de combate/reconhecimento, de transporte de pessoal e peças de artilharia) abrangem os seguintes objetos do acervos dos museus do Exército: carro blindado de reconhecimento M8 (adiante M8); carro de combate médio M4 Sherman (adiante Sherman); carro de combate leve M3 A1 Stuart (adiante Stuart);



carro de combate médio M3 Grant Lee (adiante Lee); carro de combate médio M41(adiante M41); carro blindado de reconhecimento 6 X 6 T-17 (adiante T-17); carro blindado M 59 (adiante M 59); M5 Hakf Track- Meia-Lagarta (adiante Hakf Track); M3 A1 4x4 Scout Car (adiante Scout Car); obuseiro autopropulsado M 109 (adiante M 109). É possível verificar que desses 10 (dez) modelos de blindados, 7 (sete) fazem parte do contexto de aquisições do período 1942-1952 e apenas 3 (três) fazem parte do contexto 1952-1977. A tabela abaixo demonstra essa disposição para facilitar o entendimento:

Período	Acervo	Quantidade
1943- 1952	M8, Sherman, Stuart, Lee, T-17, Hakf Track, Scout Car	07
1952- 1977	M 41, M59, M 109	03

**Tabela 5:** Modelos blindados. Fonte: Levantamento do autor.

As premissas teórico/metodológicas inerentes à produção do conhecimento histórico com base nos acervos musealizados sugerem, dentre outras questões, que essa construção deve ser iniciada com base nos próprios objetos – o que torna, segundo Meneses (1995), o museu e seu acervo um diferencial nesse processo - tendo em vista que são os objetos de um museu que permitem a inteligibilidade da mudança. Dessa forma, a história, ou melhor, a construção do conhecimento histórico, tem lugar – ou deveria ter – assegurado nos museus de tipologia histórica. Isso implica considerar, necessariamente, que há domínios históricos (vinculados à problemática da cultura material), que a pesquisa histórica não poderia desenvolver – ou desenvolveria de forma precária – sem a contribuição dos espaços de memória.

Nesse ponto, não são os objetos em seus usos originais (como máquinas de guerra) que determinaram o transcurso da análise, mas as próprias consequências e resultantes históricas de seus usos no processo de patrimonialização e musealização. Esse enfoque permite uma reconfiguração na própria historicidade do acervo e aponta

para um conjunto de aspectos que lhes são inerentes: conflitos, disputas, contradições. Assim, a ideia é justamente se aproximar de uma concepção que encare os objetos enquanto documentos, afastando-os da concepção monumentalizante.

Considerando que os problemas de pesquisa ou temas fundamentados historicamente “vão ao passado na medida em que esse passado desperta interesse para os desafios contemporâneos”, conforme esclareceu Ramos (2008, p. 131), um questionamento inicial que surge quando se observa a atual configuração dos museus do Exército e o acervo de blindados referente às aquisições do período 1942-1977, pode ser estabelecido a partir da seguinte sentença: o que essa atual configuração, ou seja, a atual forma com que os museus divulgam e expõe os blindados que foram adquiridos em decorrência das relações Brasil - EUA no período 1942-1977, pode revelar sobre a inserção do Brasil no âmbito das relações internacionais no mesmo período?

Ainda que o acervo em questão não recebeu, por parte das instituições museológicas, um tratamento enquanto fontes/objetos de pesquisa histórica, na forma como estão sendo apropriados neste empreendimento, fica evidente que houve e há, por parte dessas instituições (e, por conseguinte, do próprio Exército) intencionalidades, que podem ser de ordem política, cultural ou, até mesmo, ideológica, no próprio ato de expor esses objetos.

Isso significa que houve, por parte da instituição militar, um conjunto de ações que, em última instância, obtiveram sucesso na preservação desse patrimônio até nossos dias, incluindo, nesse bojo, a própria intenção de musealização. Musealização, neste artigo, está sendo entendida como um “processo ou conjunto de processos integrado por uma série de práticas (coleta, identificação, pesquisa, documentação, conservação etc.) voltadas a uma estratégia de preservação” (Loureiro, 2016, p. 92). Ainda, de forma ainda mais completa, o termo pode designar “um conjunto de processos seletivos de caráter infocomunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação” que, em última instância, exercem a

possibilidade de constituir realidades complexas a partir da seleção, ordenação e classificação dos acervos (p. 101). No caso dos museus do Exército, o ato de musealizar carrega consigo o entendimento de que esse acervo foi (e é) importante para a instituição militar, sejam quais tenham sido suas determinações fundamentais, e implicou (e implica), necessariamente, nas questões de historicidade, de memória e de esquecimento.

Nesse sentido, é importante recuperar a problemática descrita anteriormente à luz dessa “vontade de memória” e “vontade de esquecimento” do Exército para com seu acervo oriundo da relação Brasil-EUA, especialmente pelo fato de quanto essa relação é responsável pela configuração de diversos aspectos históricos do Exército, seja em questões puramente bélicas (participação da FEB e os equipamentos na Segunda Guerra Mundial) políticas (participação dos EUA e dos equipamentos nos acontecimentos que desencadearam o golpe de 1964 e a posterior ditadura militar), doutrinárias (ensinamentos com os equipamentos adquiridos junto ao Exército estadunidense), tecnológicas (modernização adquirida com os equipamentos de origem estadunidense), e tantas outras.

Dentro dessa ótica, percebe-se que o acervo em questão, a depender do prisma pelo qual ele é apropriado no desenvolvimento de uma análise histórica, permite inferir inúmeras possibilidades que, necessariamente, entrariam em choque com uma visão institucional, tendo em vista que diversos temas, considerados sensíveis, até hoje repercutem de forma negativa para a imagem da instituição, pelo menos por parte da população brasileira.

Por outro lado, a temporalidade que esse acervo representa, levando em conta o contexto de sua aquisição e o tempo em que ficou em uso (antes da musealização) pelo Exército, também pode ser o ponto de partida para se pensar na resposta (ou nas respostas) do questionamento acima (relembrando: *o que essa atual configuração, ou seja, a atual forma com que os museus divulgam e expõe os blindados que foram adquiridos em decorrência das relações do Brasil com os Estados Unidos no período 1942-1977, pode revelar sobre a inserção do Brasil no âmbito das relações internacionais no mesmo período?*)

e, ainda, o surgimento de novas problemáticas. Conforme visto anteriormente, grande parte do acervo correspondente às aquisições de 1942 a 1977 são oriundas do acordo estabelecido entre Brasil e Estados Unidos no contexto da Segunda Guerra Mundial.

No caso dos blindados recebidos no período 1942-1952, percebe-se que os carros M8, Sherman, Stuart, Lee, T-17, Scout Car e Half Track possuíram, em suas fichas de serviço, um longo tempo de uso no Exército Brasileiro. Ao mesmo tempo em que esses equipamentos foram impulsionadores de intensa modernização (tanto na questão do material, como na questão de doutrina) do Exército até o fim da década de 1940<sup>6</sup>, são equipamentos que, já em meados dos anos de 1950, denunciavam uma relativa obsolescência do Exército em menos de 10 anos desde que chegaram ao país.

É preciso levar em conta que a intensidade das relações militares Brasil-EUA, pelo menos do ponto de vista formal, ainda estavam em voga e foram renovadas com o acordo de 1952 que, em tese, serviria para dar continuidade na transferência de equipamentos ao Brasil. Para Monica Hirst citada por Szucko (2018, p. 172), o período entre 1942 a 1977 é caracterizado como um alinhamento automático do Brasil com os EUA, e que faz parte da segunda fase dos momentos de aproximação e distanciamento entre os países<sup>7</sup>.

Dessa forma, de acordo com Wagner Camilo Alves (2005, p. 9), em se tratando do contexto da Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi visto pelos Estados Unidos a partir de questões estratégicas que faziam com que essa relação fosse prioritária:

(1) à necessidade de controle de bases no Nordeste brasileiro, vitais para a defesa hemisférica e do Atlântico Sul e, posteriormente, para a própria projeção de poder norte-americana e auxílio, por via aérea, aos

---

<sup>6</sup> Interpreta-se, a partir do trabalho de Eduardo Svartman (2014, p. 162) que esse contexto é resultado de um modelo de relações estabelecido durante a II Guerra Mundial, no qual o Brasil “conferia um caráter marcadamente instrumental ao alinhamento com os Estados Unidos, ligado à aquisição de armas e equipamentos modernos, ao desenvolvimento de uma indústria bélica própria (amparada na industrialização geral do país) e à supremacia militar em face à Argentina, o tradicional rival brasileiro”. Ainda, de acordo com o autor, para os militares brasileiros “a aliança firmada com os EUA na guerra era uma via para a modernização e para, a ainda distante, autonomia estratégica de seu país”.

<sup>7</sup> De acordo com a autora, “a primeira foi caracterizada pela aliança informal ou não escrita desde a Primeira República até início dos anos 1940”; e, a terceira, “pautada por uma política mais autônoma mantida até 1990, quando o Brasil reiniciou um novo momento de ajustes com os Estados Unidos.”

aliados lutando na África do Norte, Europa e Extremo Oriente; (2) ao desejo de exclusividade na compra de importantes matérias-primas minerais e produtos tropicais brasileiros; e (3) ao grande peso político regional do país, cujo apoio era vital para a consagração da política panamericana dos estadunidenses.

Com o sucesso do governo Vargas em barganhar essa posição estratégica do Brasil, um conjunto de demandas brasileiras foram conquistadas, dentre elas, a abertura de um crédito inicial de US\$ 200 milhões para as Forças Armadas adquirirem armas nos Estados Unidos por meio do *Lend-Lease*.<sup>8</sup> Foi nesse contexto que foram criadas as comissões conjuntas Brasil-EUA, formadas por militares de ambos os países. A Joint Brazil United States Defense Commission – JBUSDC (Comissão Conjunta de Defesa Brasil Estados Unidos - CCDBEU) com sede em Washington (EUA) e a Joint Brazil United States Military Commission – JBUSMC (Comissão Militar Conjunta Brasil Estados Unidos - CMMBEU) com sede no Rio de Janeiro (RJ). Tinham a incumbência de planejar e executar as operações militares relativas aos acordos firmados (Oliveira, 2015)<sup>9</sup>.

Ainda que as comissões permaneceram ativas muito tempo após o término da Guerra, por que, então, que os mesmos equipamentos (mencionados acima), do tempo da Segunda Guerra Mundial, permaneceram por tanto tempo em atividade no Exército, sem nenhum tipo de substituição, e qual o papel da relação militar entre o Brasil e Estados Unidos nesse processo?

Parte da resposta dessa pergunta pode se estabelecer a partir do levantamento de hipóteses com base no arcabouço teórico fornecido pela Análise de Política Externa, e pelos eixos analíticos que dela se depreendem, no sentido de identificar as condicionantes que, em alguma medida, contribuíram para a definição da política externa entre os períodos demarcados pela chegada dos equipamentos até a sua verificada obsolescência.

---

<sup>8</sup> Conforme Dennison de Oliveira (2015, p. 140), esse crédito (200 milhões de dólares) “correspondeu a apenas parte do total efetivamente realizado durante a Segunda Guerra Mundial, de 366 milhões de dólares”.

<sup>9</sup> A JBUSDC coordenava o treinamento de oficiais brasileiros em escolas militares dos EUA e a JBUSMC supervisionava a preparação da FEB no Brasil.

Do ponto de vista clássico, ou realista, que dá maior ênfase para a questão sistêmica, é possível apontar que a capacidade de barganha por parte do governo brasileiro existente durante a Segunda Guerra Mundial foi perdida após a vitória dos Aliados e a posterior configuração bipolar do sistema. Nesse cenário, a política externa brasileira foi “constrangida” pela conjuntura internacional a tomar opção pelo ocidente, impedindo o exercício de uma política pendular de negociação, o que pode ter repercutido diretamente no processo de transferência e consequente renovação da frota de equipamentos bélicos (Szucko, 2018).

Na concepção político-societal, que preconiza maior ênfase nas questões domésticas, pode-se interpretar a diferenciação na condução da política externa tendo como parâmetro o fato de que Getúlio Vargas agia no sentido de atender os interesses de grupos na obtenção de vantagens nas relações internacionais, no caso o reaparelhamento das Forças Armadas é um caso paradigmático, e que, no Governo Dutra, com maior atuação do Itamarati, houve a preponderância de uma política econômica liberal (combate à inflação no pós-guerra) e, obviamente, o discurso de combate ao comunismo (Szucko, 2018). Essa hipótese pode abrir margem para interpretar o contexto de estagnação do rearmamento das Forças Armadas como resultado de uma nova concepção de guerra (contra insurgência) em vigor, das quais, o tipo de enfrentamento não requeria equipamentos bélicos convencionais como carros de combate, por exemplo.

Já o eixo construtivista, que leva em conta as percepções do papel que o Brasil poderia exercer no cenário internacional, a formulação e condução da política externa recebe influência daquilo que é entendido como interesse nacional e da imagem que o país tem de si em relação ao sistema internacional. Por esse prisma, após a declaração de guerra ao eixo (1942) e o apoio aos Aliados no esforço de Guerra, o Brasil passou a almejar uma posição especial no sistema internacional, contando com o apoio dos Estados Unidos. Nesse aspecto, compreende-se que a insistência (concretizada) em enviar tropas para combater ao lado dos Aliados diz muito mais sobre o objetivo de “estabelecer sua posição no continente e no sistema internacional que se consolidaria

no pós-guerra do que um esforço pela vitória dos Aliados” (Szucko, 2018, p. 175). Esse alinhamento pragmático, no entanto, não foi suficiente para a realização das expectativas nos anos posteriores à Guerra. O Brasil não alcançou um lugar de destaque junto às grandes potências e a reconfiguração do sistema internacional diminuiu o espaço para um diagnóstico das possibilidades de inserção do país nesse cenário – impactando na inércia de uma maior imposição nas reivindicações de recebimento do material bélico.

Sendo assim, após a definição das problemáticas suscitadas com base exclusivamente no acervo de blindados musealizados pelo Exército Brasileiro, a opção pelo referencial teórico/metodológico que dá suporte à construção do conhecimento histórico a partir da perspectiva do uso da cultura material e o levantamento das hipóteses de eixos temáticos oriundo das Análises de Política Externa para identificar as condicionantes dessa política empreendida pelo Brasil, o próximo tópico do artigo abordará os aspectos relativos ao acervo propriamente dito e sua repercussão (seja de atualização bélica ou histórica) na inserção do Brasil nas relações internacionais do período em que os EUA foram os principais parceiros. Após a identificação da quantidade e o período em que esses blindados chegaram ao país, serão demarcadas nuances dos processos de suas aquisições com a perspectiva de problematizar, à luz dos dados comparativos das aquisições pós 1952, o tempo que permaneceram ativos e as consequências analíticas que podem ser extraídas desse processo.

### **A transferência dos blindados e as relações militares Brasil - EUA**

A pesquisa realizada por Dennison de Oliveira (2015, p. 36) apontou que, através dos acordos de Washington, firmados em 23 de maio de 1942, houve a promessa das autoridades estadunidenses em financiar (a partir dos iniciais US\$ 200 milhões, via Lend Lease, apontados anteriormente) “a aquisição de meios militares para as forças armadas do Brasil [...] mais ainda, prometeram enviar até o final daquele ano uma centena de tanques médios, 205 tanques leves, além de uma grande quantidade de armas antitanque e antiaéreas”. Conforme o autor, os relatórios produzidos perto do fim da

Segunda Guerra Mundial apontavam para o recebimento dos blindados, via Lend Lease, de acordo com a tabela abaixo:

Blindado	Quantidade
Stuart	419
Lee	100
Sherman	23
M8	05
T-17	54
Scout car	81
Half Track	25

**Tabela 6:** Blindados cedidos via Lend Lease. Fonte: Oliveira, 2015.

Já o relatório do General Dutra, escrito no início de 1944, referente a 1943, informava que já haviam sido recebidos 100 carros de combate médios (Lee) e 280 leves (Stuart). Ao final da guerra, de acordo com Oliveira (2015, p. 49), o Brasil contabilizava 157 tanques médios (104 Lee e 53 Sherman), 427 Stuart, 60 Scout Car e 20 Half Track.

As fontes usadas por Dennison de Oliveira, ainda que apresentem algumas diferenças em números do material adquirido (especialmente pelo contexto diferenciado que estas foram produzidas) em relação ao relatório do General Dutra, corroboram para enfatizar o nível de modernização bélica, em termos de blindados, que o Exército Brasileiro atingiu antes mesmo do fim da Guerra.

Ao se analisar o foco (motivos) dessa modernização blindada ocorrida durante a Segunda Guerra e a forma com que se deu as tratativas para a escolha dos modelos que os EUA deveriam fornecer ao Brasil, surgem algumas nuances que permitem aprofundar em pontos sensíveis das relações militares entre os países – e o acervo de blindados dos museus militares é fundamental nesse empreendimento.

Um primeiro aspecto a salientar consiste em apontar os motivos pelos quais o Brasil precisou investir nesse tipo de equipamento, exatamente nesse contexto. Essas motivações têm vínculo direto com o golpe de estado deflagrado na Bolívia, em dezembro de 1943. A deposição de um presidente que havia declarado guerra aos países do eixo e o imediato apoio ao golpe, por parte do governo peronista da



Argentina, o qual se mantinha neutro na guerra, alertou o governo dos EUA. Isso desencadeou, de acordo com Dennison de Oliveira (2015, p. 90), providências no sentido de “fortalecer a posição estratégica do Brasil, como recurso para intimidar a Argentina, cujo governo, desde o golpe militar de 1943, que empossou o general Juan domingos Peron, também não havia sido reconhecido pelos EUA”. Desta forma, segundo o autor, o fornecimento de armamento pesado foi intensificado para o Brasil como forma de contrapor “às iniciativas políticas e diplomáticas da Argentina, aumentando a capacidade dissuasória militar do Brasil.” (p. 89). Na interpretação de Frank McCann (2016, p. 17), o envolvimento argentino no golpe de estado boliviano levou ao governo do Presidente Roosevelt a acreditar que “a tendência de sua intervenção nos países vizinhos deveria ser cortada pela raiz”, aumentando “a força do Brasil para que pudesse colocar duas ou três divisões motorizadas voltadas para a fronteira [...]”.

Esses dados são importantes porque a partir deles é possível evidenciar o início do processo que materializou a concentração (até nossos dias) da frota blindada do Exército no Sul do País<sup>10</sup>, e que justifica, de alguma forma, a incorporação desses objetos no MMCMS. De acordo com Oliveira (2015, p. 91), entre os anos de 1944 e 1945 a região, sob a rubrica do “Projeto Sul”, passou a contar com o reforço substancial desses equipamentos distribuídos para os quartéis ao longo da linha da fronteira terrestre. Conforme se pode verificar na citação do autor, abaixo, inúmeros Stuart, T-17 e, o principal carro de combate americano à época, o Sherman, foram incorporados ao Exército como forma de dissuasão a qualquer possível investimento argentino de uma invasão pelo Rio Grande do Sul:

No primeiro semestre de 1944, a frota de veículos blindados brasileiros seria ainda mais ampliada, com os fornecimentos feitos pelos Estados Unidos sob a rubrica desse projeto. A primeira informação disponível sobre o assunto apareceu no memorando do General Leitão de Carvalho ao General Ord do Exército dos EUA, ambos da JBUSDC, do dia 21 de fevereiro de 1944. Ele confirmava o envio para o Brasil, em 3

---

<sup>10</sup>Estima-se que o Comando Militar do Sul, responsável pelo comando das Organizações Militares localizadas nos estados do RS, SC e PR, concentra aproximadamente 80% da frota blindada do Exército Brasileiro.

navios, do seguinte material: navio SS Mandu: **50 tanques leves M3 A1, 36 tanques médios M4, 54 carros blindados T-17** [...] O navio SS Paranalóide zarpuo com **17 tanques médios M4** e o SS Cmdt Pessoa com **79 tanques leves M3A1** [...] Mais importante ainda, o Brasil finalmente recebia modelos de tanques atualizados dos EUA, no caso, o M4 Sherman. (Oliveira, 2015, p. 92) (grifos meus)

Um outro aspecto das relações militares Brasil X EUA durante a Segunda Guerra Mundial, que merece uma atenção a mais, consiste em verificar até que ponto as demandas dos militares brasileiros, no que se referem aos tipos de equipamentos solicitados, foram atendidas. Nesse ponto, o acervo em exposição nos museus do Exército também é fundamental para uma compreensão mais efetiva, especialmente do ponto de vista tecnológico. Ainda que o autor da citação acima tenha mencionado o tão esperado envio de um modelo de blindado atualizado (Sherman) – sinalizando que, de fato, a ausência desse blindado nas remessas anteriores estava incomodando as autoridades brasileiras -, no mesmo excerto é possível verificar a ausência de outro importante blindado, que seria incorporado ao Esquadrão de Reconhecimento da FEB em meados de outubro desse mesmo ano (1944), o M8. A ausência do M8 na lista, um carro de reconhecimento plenamente atualizado em relação à tecnologia da época, e a presença do T-17, também projetado para ser um carro de reconhecimento, são indicativos da existência de alguns aspectos peculiares nas negociações Brasil – EUA. Nesse sentido, Dennison de Oliveira (2015, p. 139) é enfático ao afirmar que:

Os estadunidenses tinham nessa prática um amplo leque de recursos para invariavelmente entregar material velho, obsoleto, contando um mínimo de dois anos de desatualização, em relação ao que havia sido solicitado. As fraudes para entregar o que jamais foi pedido explicam o resto da história. É altamente provável que tais práticas também tenham sido adotadas para compras de insumos industriais civis e militares.

Nesse ponto é preciso ressaltar que o T-17 foi adquirido pelo Brasil através dos acordos militares estabelecidos com os Estados Unidos, mas que, diferentemente dos outros blindados contemporâneos a si, em exposição nos museus do Exército, não foi utilizado nos combates da Segunda Guerra Mundial. Sua vinculação com a temática diz

respeito não somente ao fato de ter sido um blindado que o Brasil recebeu durante o conflito, mas muito especialmente pela forma de recebimento que remetem às relações (e seus problemas) entre os dois países. As 54 unidades desse modelo recebidas, ainda em 1944, por meio da Lend Lease, foi fruto de uma “manobra” dos Estados Unidos em se livrar desse blindado, incluindo-os de forma deliberada – e sem consentimento das autoridades brasileiras – nas encomendas dos M8 (Bett e Silva, 2020). De acordo com Márcio Mees (2017, p. 234),

[...] o M8 já havia sido aceito pelo exército norteamericano e por diversas outras forças aliadas, causando uma grande demanda em sua produção. Pressionado a responder à requisição brasileira, fica evidente que o governo norte-americano decidiu atendê-la, ainda que em parte, “escoando” parte de seus T17 “excedentes” – livrando-se assim, simultaneamente, de um equipamento que nunca havia desejado.

A avaliação era de que o T-17 era simplesmente grande e pesado demais, não se adequando a nenhuma função dentro de sua doutrina operacional vigente (carro de reconhecimento). Com isso, a maioria desses veículos, após ter seu armamento retirado, foi entregue a unidades da Military Police (Polícia do Exército) para funções de patrulha, dentro do território dos Estados Unidos. Mesmas funções que acabaram sendo empregados no Brasil (Mees, 2017).

Após apresentar algumas das peculiaridades e desencontros entre as relações militares Brasil - EUA, que ficaram materializadas nos acervos musealizados dos museus militares, pode-se retomar a questão anteriormente proposta, que consiste em verificar os motivos pelos quais os blindados, adquiridos ainda durante a Segunda Guerra Mundial, permaneceram por tanto tempo em atividade no Exército, sem qualquer substituição efetivada por diversos anos. A configuração dos museus do Exército, a partir da exposição desse acervo, indica essa problemática: o período em que os blindados da Segunda Guerra Mundial permaneceram funcionais só foi interrompido pela chegada do blindado M41, cujas primeiras unidades foram incorporadas na Força Terrestre somente em 1960.

Um ponto a se ressaltar: a quase totalidade desses blindados da Segunda Guerra Mundial já havia sido entregue antes mesmo do fim da guerra. Como se pode verificar nos dados apresentados anteriormente, em 1944 o Exército já contava com 419 dos 437 Stuart (em diferentes versões) recebidos na totalidade; 100% dos T-17; 53 dos 83 M4 recebidos na totalidade<sup>11</sup>; 100 dos 104 Lee; 81 dos 84 Scout Car, 25 dos 30 Half Track; e 20 (15 na Itália) M8, dos 150 recebidos na totalidade.

Esse panorama de modernização blindada no Brasil, em pleno período da guerra, demonstra claramente que, em contraste com os anos imediatamente posteriores - de ausência da renovação da frota de blindados do Exército - as relações militares Brasil-EUA, especificamente na questão das transferências de equipamentos, mudaram de sentido e de prioridades, pelo menos do ponto de vista das estratégias norte-americanas e suas visões daquele cenário (em plena deflagração da disputa ideológica comunismo *versus* capitalismo). Para Svartman (2014, p. 162), nesse sentido,

[...] quando se investiga a dinâmica das relações militares entre os dois países e os espaços que as viabilizaram, o que se vislumbra é um cenário mais complexo e nuançado, no qual se identificam interesses apenas parcialmente coincidentes, resistências de determinados setores castrenses, adaptações doutrinárias e questionamentos que tensionavam as relações militares entre os dois países.

O princípio dessa mudança já pôde ser percebido com o pronunciamento da *Doutrina Truman* (1947) e seu esforço em garantir uma aliança que pudesse dar conta da segurança de todo o continente americano, materializada na assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e na criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948. Conforme apontado por Brigola e Teixeira (2023, p. 68) “o TIAR era a primeira expressão regional da Doutrina Truman na América Latina e institucionalizava os mecanismos de segurança hemisférica”. Por um lado, uma nova reorientação da política externa estadunidense com menos prioridade (incluindo de gastos militares) para a região sul do continente e, por outro, as relações militares para

---

<sup>11</sup> Ver em Higuchi; Bastos; Bacchi (2015) e Bastos (2016).

com os países seriam pautadas pelo princípio do *equilíbrio de poder* (grifos meus), principalmente entre Argentina, Brasil e Chile, contrariando frontalmente as pretensões dos militares brasileiros (Svartman, 2014). De acordo com McCann (2016, p. 23), após a morte de Roosevelt, em 12 de abril de 1945, as relações Brasil-EUA passaram por momentos de dificuldades: “O secretário de Estado Cordell Hull não favoreceu a ideia de um relacionamento especial com o Brasil e [...] a equipe de Truman tinha pouca familiaridade com as relações brasileiro-americanas ou simpatia pelas ambições brasileiras”.

Sonny Davis (2011, p. 379) traz dois elementos importantes para compreender, ainda mais, esse princípio (equilíbrio de poder) pautado pela política estadunidense: o primeiro que consiste na rejeição, por parte do Congresso norte-americano, do Ato de cooperação Interamericana, sob o qual o Brasil receberia assistência militar diferenciada. O segundo, a reaproximação dos EUA com a Argentina: “a Guerra Fria significava que posição geográfica da Argentina tornava-se importante na manutenção de um trânsito oceânico do Sul caso o canal do Panamá ficasse inoperante”

Dessa forma, quando se examina o processo de transferência de equipamentos militares a partir do acordo de 1952, percebe-se que as relações militares Brasil x EUA já não estavam mais sendo moldadas com os mesmos expedientes da década anterior. Sonny Davis (2011, p. 384) defende a ideia de que o acordo firmado em 1952 foi em decorrência de tentativas de fortalecer os laços militares com os países latino-americanos, mas que, no caso do Brasil, o debate sobre a ratificação do acordo causou divisões no âmbito da política interna. Frank McCann (2016, p. 33) apresenta alguns detalhes do ambiente conflituoso desse período:

Seu objetivo [acordo de 1952] era manter viva a aliança militar prometendo o fornecimento de armas e treinamento, mas turvou essa intenção ao comprometer o Brasil a exportar monazita e areias radioativas para os Estados Unidos para seu programa atômico. O Brasil era rico em depósitos de urânio e muito interessado em desenvolver a tecnologia atômica, que os americanos bloquearam a todo momento. Parecia que Washington queria obter os minerais do Brasil, mantendo-o subdesenvolvido. O congresso brasileiro levou um ano de debates acirrados para aprovar o acordo militar. A repercussão da aprovação foi

tamanha que obrigou à renúncia do chanceler João Neves da Fontoura, favorável à sua passagem, e à deposição do ministro da Guerra, Newton Estillac Leal, contrário.

De acordo com Svartman (2014, p. 181),

O acordo acenava com um novo marco institucional de assistência militar, amparado na legislação do Mutual Security Act de 1951 e na política de contenção do comunismo. Permitiu o Brasil ser contemplado pelo Mutual Assistance Program, o famoso MAP, que até meados dos anos 1970 foi responsável por aproximadamente um terço da ajuda militar estadunidense ao país. O acordo pouco se diferenciava daqueles assinados no mesmo ano entre os Estados Unidos e Chile, Colômbia, Cuba, Equador, República Dominicana e Uruguai (Mott, 2002), não havendo, portanto, maior distinção formal para o Brasil na região. Sua assinatura, e ratificação, representou uma vitória para os segmentos mais conservadores das Forças Armadas (os “entreguistas”) e um revés para os nacionalistas.

Além de preterir o Brasil como um aliado especial (não havia interesse em criar uma única *subpotência* militar na região) em termos estratégicos, cabe ainda mencionar o relativo descaso dos EUA no que se refere à sua política externa para os demais países americanos. Para Camilo Alves (2005, p. 15) a motivação desse descaso se deu em função do início da Guerra Fria, onde que o objetivo estadunidense estava concentrado em conter o comunismo internacional (URSS e seus aliados) dando prioridade (ajuda financeira e transferência de material bélico) para os países da Europa e Ásia, situados no entorno Soviético. Como consequência, conforme o autor, “econômica e militarmente a América Latina não teve auxílio de monta na segunda metade dos anos 40 e, em menor grau, nos anos 50, ao contrário do que ocorreu com muitos países eurásianos no mesmo período.”<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Cabe destacar que a nova orientação da Política Externa estadunidense e o relativo descaso para a América Latina teve o Departamento de Estado como seu principal agente. Nas palavras de Wagner Camilo Alves (2005, p. 16): “Em termos econômicos, a simples manutenção de grandes forças militares podia comprometer seriamente as finanças dos países receptores, o que certamente afetaria as relações dos Estados Unidos na região. Além disso, havia também a preocupação sobre o uso que os militares latino-americanos podiam fazer do equipamento. Agressões contra países vizinhos e golpes militares eram possibilidades que desencorajavam o cumprimento do acordo. Em face a essa divisão, não se

Um dos efeitos colaterais desse cenário pode ser percebido na questão da ajuda militar, especialmente na transferência de material bélico. Martins Filho citado por Rolim (2012, p. 75) apresenta dados impactantes desse efeito: 80% da transferência realizada, entre 1949 e 1952, foi destinada para países europeus e, no decorrer da década de 1950, apenas 1% da ajuda militar estadunidense foi parar nos arsenais latino-americanos.

A historiografia pertinente ao tema vem pontuando essas questões de forma bastante completa, especialmente os autores que se dedicaram a estudar as relações militares no período aqui focado. Para Sonny Davis (2011) e Frank McCann (2016) a política externa estadunidense do pós-Guerra é caracterizada como confusa e contraditória, ou seja, o governo dos EUA queriam ao mesmo tempo um forte relacionamento bilateral com o Brasil quanto um relacionamento multilateral com toda a América Latina: “Essa contradição decorreu de uma profunda divisão no governo americano entre o Departamento de Estado, que privilegiava o multilateralismo, e o Departamento de Guerra (depois Defesa), que se inclinava para uma relação bilateral com o Brasil” (McCann, 2016, p. 29). Ou seja, por um lado, membros do Congresso e do Departamento de Estado, a partir do entendimento que a hegemonia econômica e militar estava garantida e que a transferência de armas poderia desencadear numa corrida armamentista e em conflitos na região, “procuraram enfraquecer as relações militares latino-americanas” reduzindo as vendas de equipamentos militares. Por outro lado, os Departamentos de Guerra e de Marinha entendiam que o Brasil, a partir da experiência de guerra, poderia desempenhar um papel importante na defesa do hemisfério, a qual poderia se consolidar com o fornecimento de equipamentos bélicos (Davis, 2011, p. 375). Eduardo Svartman (2014, p. 162), ainda coloca que:

Nas primeiras décadas da Guerra Fria o Brasil foi enquadrado na política genérica dos EUA para região, que consistia em garantir o acesso a matérias primas estratégicas, bases militares e em padronizar as forças armadas para a contenção do comunismo através dos programas de

---

cumpriu as tratativas dos tempos de guerra. Em última instância, o Departamento de Estado acabou exercendo um poder de veto sobre a questão naquele momento.”

ajuda militar, mantendo distante a influência europeia e procurando contrabalançar o crescimento do nacionalismo na região.

Uma análise específica em relação ao material bélico transferido para o Brasil pode dar (mais) alguns subsídios para o entendimento desse “novo” momento das relações militares entre os países. A transferência dos blindados na temporalidade do período em que chegaram ao país até a própria transformação desses em objetos de museu na contemporaneidade, atesta a existência de um relativo descompasso entre os anseios brasileiros e as efetivas entregas por parte dos EUA.

Em consulta realizada no site do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)<sup>13</sup> é possível encontrar os modelos de blindados estadunidenses que foram entregues entre as décadas de 1950, 1960 e 1970. Além dos três modelos (M 59, M 109 e M 41) já descritos nas tabelas acima (ver tabelas 1, 2, 3 e 4), que atualmente fazem parte do acervo dos museus do Exército, também houve a entrega do modelo M 74 (veículo de resgate de blindados baseado no Sherman), do M 578 (Viatura Blindada Especial Socorro) e dos M 113, blindado de transporte de pessoal, da “família” do M 59, e que, após repotencializações, ainda se mantém em atividade (não virou, oficialmente, uma peça de museu) na Força. Ainda que o acordo foi oficialmente firmado em 1952, grande parte dos blindados começou a chegar de forma mais expressiva somente no início da década de 1960, conforme se pode visualizar na tabela abaixo confeccionada com bases nos dados fornecidos pelo SIPRI:

---

<sup>13</sup> Disponível em <https://www.sipri.org/>.



Modelo	Quantidade	Ano da entrega	Total
M 74	2	1955	2
M 41	160	1960 a 1967	371
	129	1971	
	32	1972	
	50	1976	
M 59	10	1961	22
	12	1965	
M 109	72	1971 A 1972	72
M 578	14	1972 a 1973	14
M 113	40	1968	607
	500	1972 a 1973	
	67	1976	

**Tabela 7:** Modelos blindados estadounidenses transferidos. Fonte: SIPRI.

Fazendo um balanço total dos blindados (sem levar em conta diferenças entre modelos, usos e funções) entregues, pode-se chegar na seguinte quantificação: entre 1960 a 1968 um total de **222** (160 M41, 22 M59 e 40 M 113) blindados foram adquiridos; entre 1971 a 1973 um total de **747** (161 M 41, 72 M 109, 14 M578 e 500 M 113); e, em 1976, um total de **117** (50 M 41 e 67 M 113). Nesse aspecto, e retomando a questão da obsolescência do material, percebe-se que no período desde o fim da Segunda Guerra Mundial até meados de 1960 (por um período próximo a 20 anos), o Exército operava, basicamente, os mesmos modelos adquiridos durante o conflito mundial.

Martins Filho (2005, p. 123) explica que, a partir de 1967, as questões de política interna dos EUA, com agravamento da crise no Vietnã, também foram responsáveis pela modificação no processo de ajuda militar aos países latino-americanos: “O primeiro foi a concentração das preocupações estratégicas dos EUA no sudeste da Ásia. O segundo, as repercussões negativas de tal situação, que resultaram na chamada ‘quebra do consenso’ sobre a política externa do país”. Foi nesse cenário que, segundo o autor, “o

Congresso dos EUA tomou uma série de medidas de limitação e controle da ajuda militar ao continente.”<sup>14</sup>

No caso do Brasil, como se pode verificar na tabela acima, a configuração de absoluta obsolescência vai ser realmente atenuada (e de forma alguma resolvida) somente nos anos de 1970 (seja por questões domésticas ou em função do reordenamento da Política Externa dos Estados Unidos). Isso demonstra, claramente, que as relações militares Brasil X EUA, no quesito de transferência de armamentos para o Exército, não atingiram os mesmos resultados dos anos de 1940. De acordo com Brigola e Teixeira (2023, p. 73), no período da Guerra Fria “as relações entre o Brasil e os EUA não logrou nutrir as forças armadas com equipamentos atualizados para atingir os níveis operacionais almejados pelos geopolíticos e militares brasileiros”. Em grande medida, isso ocorreu em decorrência do fato de que os “brasileiros sempre negociaram para maior quantidade e maior qualidade de equipamento militar a um custo mínimo, enquanto os norte-americanos sempre forneceram apenas o suficiente [quando muito] dos produtos solicitados, para manter o seu domínio” (Davis, 2011, p. 381).

À questão externa somam-se os planejamentos domésticos em relação à preocupação com a escalada do conflito bipolar e a possibilidade da guerra revolucionária. Ainda que no âmbito doutrinário do Exército havia uma ideia muito clara de que “a preparação para a guerra revolucionária ou insurrecional não deveria desfigurar a Força, reduzindo suas capacidades para enfrentar forças armadas regulares” (PEDROSA, 2018, p. 102), o “pensamento” militar, amplamente demonstrado nos artigos de opinião publicados em revistas como a Defesa Nacional, enfatizava a necessidade de atualizar e transformar a doutrina, que até então se resumia à cópia do modelo estadunidense. De acordo com Nunes (2023, p. 76-77) no âmbito político-estratégico dos anos 1960, diferentemente dos anos de 1940-1950, “as motivações para a modernização militar não estavam primordialmente ligadas à percepção de

---

<sup>14</sup> Conforme o autor (2005, p. 124) “A partir de 1967, alguns parlamentares desencadearam forte ofensiva contra a política de ajuda militar ao Terceiro Mundo (Child, 1978:209-10). O golpe inicial veio com as emendas Conte-Long e Symington ao Foreign Assistance Act de 1967. A primeira delas proibia o emprego da ajuda militar para ‘a transferência de armas ‘sofisticadas’ às nações subdesenvolvidas, exceto onde o presidente a considerasse ‘vital para a segurança da nação’ [...]”

ameaças externas”. Esse quadro, conforme os autores, também deve ser estendido aos demais países latino-americanos e suas forças, que também experimentaram a dependência das sobras de guerra dos EUA.

De outra parte, cabe ressaltar, além dos Exércitos latino-americanos se tornarem, nesse contexto, extremamente dependentes do complexo militar estadunidense em relação ao fornecimento de peças, munições, e envio de pessoal especializado na manutenção periódica dos equipamentos, o material bélico recebido era bastante defasado tecnologicamente.

Isso se aplica muito bem quando se examina os blindados recebidos pelo Exército a partir do acordo de 1952: com exceção dos M113, todas as unidades de blindados recebidos (M41, M109 e M59) possuem a observação “second-hand” nas tabelas do SIPRI, ou seja, tratava-se de equipamento de segunda mão, usado. Além disso, considerando que a maior parte de blindados chegou ao país somente a partir dos anos de 1970, fica escancarada a defasagem do material recebido – ainda que muito superior ao que era operado, até então, pela cavalaria e artilharia brasileiras. Sobre a questão da defasagem do material, o recebimento do M59, quando já existia um carro mais moderno e reconhecidamente eficiente, no caso o M113, pode ser paradigmático pra se compreender a dinâmica dessas relações.

Em se tratando propriamente do M113 (como mencionado, ainda não é peça de museu) que foi o grande responsável por alavancar o quesito modernização blindada do Exército a partir dos anos 1970, tanto em quantidade recebida, quanto pela sua atualização operacional naquele contexto, o caso da sua aquisição e o consequente contraste existente entre o seu modelo com aqueles modelos existentes nos museus do Exército, também permite compreender algumas nuances de como se estava sendo desenvolvida a política externa dos EUA para com os demais países do continente americano. Para Brigola e Teixeira (2023), a partir da alteração da condução da política externa estadunidense para a região, não havia mais interesse em fornecer equipamentos de combate convencional ou equipamentos que não se enquadrassem no uso da guerra de contrainsurgência. Essa questão também foi levantada por Martins

Filho (2005, p. 120) quando menciona as alterações do tipo de equipamento repassado aos Exércitos: “com a valorização do armamento leve e móvel – e na doutrina, com a retomada explícita das lições desenvolvidas pelos ingleses na Malásia e pelos franceses na Indochina”. Para esse autor, o papel da contrainsurgência influenciou diretamente o treinamento, a doutrina e o armamento dos Exércitos, configurando-os operacionalmente com funções muito mais adequadas à segurança do que propriamente à defesa nacional.

Por isso, deve-se considerar a hipótese de que a prioridade era fornecer equipamentos como o M113, um veículo blindado de transporte de pessoal compatível (não exclusivo) com as doutrinas empregadas para esse tipo de conflito. Para Brigola e Teixeira (2023, p. 74) “isso também se associava com o modelo de forças armadas que os EUA pretendiam moldar na América Latina”. A grande quantidade de M113 recebida, mais que o dobro de M41 (blindado usado originalmente em combate convencional), demonstrado na tabela anterior, chancela essa perspectiva. A questão que ainda permanece em aberto, tendo em vista a não disponibilidade de fontes para a resposta, é se de algum modo os pedidos de compras realizados realmente não incluíam blindados pesados para o combate convencional ou se efetivamente havia esses pedidos e, de algum modo, os EUA não forneceram de forma deliberada e unilateral.

### **Considerações finais**

Foi possível verificar, a partir do levantamento de objetos realizado para a produção deste artigo, que os Museus Militares (MMCMS e MMCL) possuem um expressivo número de peças que podem servir como suporte para verificar como o Exército Brasileiro, a partir das suas coleções, comunica diversos aspectos de sua historicidade. Constatou-se que houve, por parte da instituição militar, um conjunto de ações que, em última instância, obtiveram sucesso na preservação desse patrimônio até nossos dias, incluindo, nesse bojo, a própria intenção de musealização.

O acervo levantado, em seu conjunto, corresponde a dois momentos distintos da inserção do Brasil no âmbito das relações internacionais no que diz respeito ao

recebimento de armas e equipamentos militares oriundos dos acordos firmados com os Estados Unidos. O primeiro momento (1942 – 1951), na esteira da segunda Guerra Mundial, evidencia o quanto o tema do conflito é muito presente na própria história da instituição Exército Brasileiro (comemorações dos mais variados tipos), na sua configuração operacional/doutrinária (influência claramente estadunidense em diversos contextos), bem como no seu imaginário e na sua memória, na medida em que ocupou papel central nos processos de coleta de acervo, seus usos nas exposições e no desenvolvimento de pesquisas. O segundo momento (1952 – 1977) pode ser caracterizado por um tipo de relação militar que foi moldada sob uma ótica diferenciada quando comparada com a década anterior, o que impactou diretamente na diminuição da quantidade e modelos de material bélico transferido. Ainda assim, uma quantidade expressiva de blindados chegou ao país.

Desta forma, ficou comprovada a legitimidade em considerar o patrimônio musealizado do MMCMS e do MMCL, correspondente às aquisições do interregno 1942-1977, como uma importante base documental para a produção do conhecimento histórico, sob diferentes perspectivas de análise, tendo em vista a variada tipologia e expressiva quantidade de peças existentes.

Ao concentrar a análise nos objetos/acervos expostos na atualidade, tendo como parâmetro os dados numéricos demonstrados no primeiro tópico, a análise, se propôs a problematizar a inserção do Brasil no âmbito das relações internacionais no interregno 1942-1977 levando em consideração o que os museus do Exército – e os seus acervos – podem esclarecer em relação às aquisições de material bélico no período, tanto nos aspectos teóricos, desenvolvidos com mais vagar no segundo tópico, como sob o ponto de vista empírico, análise empreendida no terceiro tópico do artigo.

A escolha da tipologia de blindados (de combate/reconhecimento, de transporte de pessoal e de artilharia) como recorte analítico, se deu em função que a transferência deste tipo de material apresenta uma constância no período de abrangência das relações Brasil e EUA. No total, 10 (dez) modelos de blindados sustentaram a pesquisa. Destes, sete (M8, Sherman, Stuart, Lee, T-17, Hakf Track, Scout Car) fazem parte do

contexto de aquisições do período 1942-1952 e três (M 41, M59, M 109) fazem parte do contexto 1952-1977.

A partir da problematização sobre o longo tempo em uso, por parte do Exército, de blindados oriundos da Segunda Guerra Mundial, a falta de reposições atualizadas nos anos seguintes - levando em consideração a vigência do acordo de transferência bélica de 1952 -, aspectos que foram verificados no contexto atual de exposições dos Museu Militares, ficou evidente que a relação militar entre Brasil e Estados Unidos mudou de sentido e de prioridades, pelo menos do ponto de vista das estratégias norte-americanas e suas visões no pós guerra: 80% da transferência de equipamentos bélicos realizada, entre 1949 a 1952, foi destinada para países europeus e, no decorrer da década de 1950, apenas 1% da ajuda militar estadunidense foi parar nos arsenais latino-americanos.

Por fim, como foi possível evidenciar, a problematização do acervo em exposição nos Museus do Exército é fundamental para uma compreensão mais efetiva, seja do ponto de vista tecnológico, seja do ponto de vista histórico (usos e desusos de narrativas específicas) da representatividade das relações militares entre Brasil e Estados Unidos na própria configuração institucional do Exército e, mais especificamente, na transferência dessa configuração na forma como os Museu Militares expõem e divulgam esses objetos. A partir dessa perspectiva analítica empreendida, outras frentes de pesquisas podem ser abertas, com destaque para aquela que aponta o impacto/influência do acervo em questão para o desenvolvimento da indústria bélica nacional, nos anos 1980/1990, temática que será apresentada e desenvolvida em outra oportunidade.

## Referências

ALENCAR, Iracema A de. A política cultural do Exército. In **Anais do VII Seminário Internacional de Políticas Culturais**, 17 a 20 de maio de 2016. Organizadores: Lia Calabre... [et al.] – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

ALVES, Vagner Camilo. Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 48, (1), 2005.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. **Ford M-8 Geyhound no Exército Brasileiro – Surge o conceito blindado 6x6**. Juiz de Fora: O Autor, 2016.

BETT, Ianko; SILVA, K. E. P. . **O tema da Segunda Guerra Mundial no Museu Militar do CMS: da constituição do acervo à educação museal**. In: Wilson de Oliveira Neto. (Org.). **O Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial: Estudos contemporâneos**. 1ed. Joinville: Univille, 2020.

BETT, Ianko. **A cultura de defesa em defesa da cultura: Patrimônio cultural do Exército Brasileiro e as instituições de memória como locus de análise**. In: Ianko Bett et al (Org.). **Anais do II Encontro de História Militar - I Colóquio de Pesquisas do GEHM**. 1ed. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2017.

BRIGOLA, Higor Ferreira; TEIXEIRA, Vinicius Modolo. As estratégias geopolíticas e o fornecimento de equipamentos militares pelos EUA para América do Sul na Guerra Fria. In **Boletim de Conjuntura (BOCA)**. ano V, vol. 14, n. 40, Boa Vista, 2023.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Armaria. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).

\_\_\_\_\_. Guerra e Cultura: o Exército e a implementação da proteção ao patrimônio cultural. **Revista da Cultura**, volume 4, 2003.

COSTA, Cristiano Rocha Affonso da. **Carros de combate: A história dos tanques de guerra - do nascimento à Blitzkrieg 1916-1945**. 1. ed. São José dos Pinhais, PR: Estronho, 2022.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4 ed. Brasília: UNB, 2011.

CHAGAS, Mario. **Há uma Gota de Sangue em Cada Museu: a ótica Museológica de Mário de Andrade**. 2ª Ed. Chapecó: Argos. 2015.

DAVIS, Sonny B. **As relações militares entre o Brasil e os Estados Unidos no Século XX**. In. *Relações Brasil e Estados Unidos*. 2011.

LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1984.

FONSECA, José Wladimir Freitas da. O desenvolvimento da indústria bélica no Brasil e seu processo de Spin-Off. In **Revista de Economia Política**, vol. 20, no 3 (79), pp. 330-346, Julho-Setembro/2000.

HIGUCHI, Hélio; BASTOS JR, Paulo Roberto; BACCHI, Reginaldo. **O Stuart no Brasil – M3 / M3A1 e Derivados**. Tecnologia e Defesa, 2015.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Reflexões sobre Musealização: processo informacional e estratégia de preservação. In **III Seminário Serviços de Informação em Museus, 2016, São Paulo. Colecionar e significar: documentação de acervos e seus desafios**. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2016.

MCCANN, Frank. The Rise and Fall of the Brazilian-American Military Alliance, 1942-1977. In **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 22, n. 34, p. 13-60, jul. 2016.

MARTINS FILHO, João Roberto. As políticas militares dos EUA para a América Latina (1947-1989) In **Teoria e Pesquisa**, Nº 46, 2005.

MEES, Márcio Fernando. T-17 – O primeiro blindado 6x6 do Exército Brasileiro. In: **Encontro de História Militar, 2.; Colóquio de Pesquisas do Grupo de Estudos em História Militar do MMCMS (GEHM-MMCMS)**. Anais [...]. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2017.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Do teatro da memória ao laboratório de história: a exposição museológica e o conhecimento histórico**. Resposta aos comentários. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 3, jan./dez.1995.

NUNES, Raul Cavedon. **Explicando mudanças na doutrina militar: Debate teórico e inferências a partir do caso da doutrina delta do Exército Brasileiro (1996)**. Tese (Doutorado em Ciência Política), UFRGS, 2023.



OLIVEIRA, D.. **Aliança Brasil-EUA: Nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. **Extermine o inimigo: Blindados Brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. **Modernização e reestruturação do Exército Brasileiro (1960- 1980)**. Tese (Doutorado em História). UFRJ, 2018.

PLANO Estratégico do Exército 2020-2023. EME, dezembro de 2019.

PONCE, André Luiz Godói. **Da serra ao vale: a trajetória da indústria bélica e estratégia no Brasil Potência (1964-1993)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo – USP, 2022.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: O museu no ensino de História**. Chapecó: Argos. 2008.

ROLIM, Tácito Thadeu Leite. **Brasil e Estados Unidos no contexto da “Guerra Fria” e seus subprodutos: Era Atômica e dos Mísseis, Corrida Armamentista e Espacial, 1945-1960**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

SILVA, André Luiz Reis da. SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Política Externa brasileira durante o regime militar (1964-1985)**. Curitiba: Juruá, 2014.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Negociando a dependência: relações militares Brasil-Estados Unidos no início da Guerra Fria. **Opsis**, v. 14, p. 160-184, 2015.

\_\_\_\_\_. Da II Guerra Mundial à Guerra Fria: Conexões entre os exércitos do Brasil e dos Estados Unidos. **Latin American Research Review**, v. 49, p. 83-103, 2014.

\_\_\_\_\_. O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 40. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 34, p. 76-91, 2008.

SZUCKO, Angélica Saraiva. A Inserção Internacional do Brasil nos Governos Vargas (1930-1945) e Dutra (1946-1951): Um Ensaio Sobre os Eixos Analíticos da Política Externa Brasileira. In **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, Vol. 9 (3), 2018.

Recebido em abril de 2024  
Aceito em agosto de 2024